

## **AINDA SOBRE JUNHO DE 2013: UMA OPORTUNIDADE PERDIDA?**

### **JUNE 2013: A MISSED OPPORTUNITY?**

Lucas M. Lessa

Mestre e Bacharel em Filosofia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito de Vitória (FDV). Professor e advogado. CV: <http://lattes.cnpq.br/7243194161524498>

## RESUMO

As insurreições de Junho de 2013 dividem opinião na esquerda brasileira. Se as visões usuais do progressismo brasileiro costumam defenestrar as insurgências de 2013 – teoria do ovo da serpente e guerra híbrida –, procura-se compreender junho como uma oportunidade perdida pela esquerda brasileira – sobretudo a esquerda institucional – de realizar reformas estruturais e emancipatórias no país, a contar da energia insurrecional popular dispersa nas ruas. Trata-se de oferecer leitura alternativa sobre os eventos, pelo cotejo de fontes bibliográficas. A tentativa é afastar da interpretação sobre os eventos certa vulgata teleológica, a qual toma os reveses políticos do campo progressista brasileiro na última década como consequências diretas dos acontecimentos de junho de 2013.

## PALAVRAS-CHAVE

Insurgências de Junho de 2013; esquerda brasileira; teleologia; insurreições populares; teoria crítica.

## ABSTRACT

The June 2013 uprisings divide opinion within the Brazilian left. While the usual perspectives of Brazilian progressivism often disparage the 2013 insurgencies—referring to them as the “serpent's egg theory” and “hybrid warfare”—there is an effort to understand June as a missed opportunity for the Brazilian left, particularly the institutional left, to implement structural and emancipatory reforms in the country, leveraging the dispersed popular insurgent energy on the streets. This work aims to provide an alternative reading of the events by comparing bibliographic sources. The attempt is to distance the interpretation of the events from a certain teleological vulgarization, which considers the political setbacks of the Brazilian progressive field in the last decade as direct consequences of the events of June 2013.

## KEYWORDS

June 2013 insurgencies; Brazilian left; teleology; popular uprisings; critical theory.

## AINDA SOBRE JUNHO DE 2013: UMA OPORTUNIDADE PERDIDA?

### 1. INTRODUÇÃO

Transcorridos mais de dez anos das insurgências de junho de 2013 no Brasil, inúmeras vertentes teóricas se apresentaram no debate público e acadêmico, no intuito de interpretar o que se passara naqueles dias decisivos da história brasileira.<sup>86</sup> Duas delas têm obtido reverberação nas discussões em veículos de imprensa e em seminários interdisciplinares dentro e fora das instituições educacionais.

Uma corrente interpretativa bastante arraigada em alguns circuitos intelectuais identifica em junho de 2013 a origem da ascensão da extrema direita no país. É como se junho fosse o princípio de todos os reveses do campo progressista brasileiro. Diz-se que em junho se encontrara o ovo da serpente, isto é, teria se iniciado “[...] o crescimento de grupos que iriam desaguar na pré-candidatura direitista de Jair Bolsonaro à Presidência da República em 2015” (SINGER, 2018: 119).

Essa visão sobre junho enquanto pré-história para o soerguimento da extrema direita possui adeptos tanto na esquerda institucional – políticos e intelectuais ligados ao partido de esquerda que esteve na chefia do Executivo federal entre janeiro de 2003 e agosto de 2016 – quanto em parcelas de determinada direita moderada, que se distanciaram da virulência das direitas extremadas. Compreende-se junho como aquilo que desembocaria no processo político do impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, apeando do poder constituído um governo de esquerda democraticamente eleito, o qual promovera políticas públicas de mitigação da pobreza e da desigualdade social. E, de algum modo, quem fora às ruas naquelas semanas de 2013 para, p.ex., reivindicar a revogação do aumento na tarifa dos transportes coletivos terminou por servir aos desígnios da extrema direita nascente.

A versão do ovo da serpente inscreve 2013 como produto de uma onda conservadora começada ali – reativa, que se pôs contrária à diminuição das desigualdades históricas permitidas pelas políticas sociais dos governos petistas. Haveria, assim, setores das classes sociais médias e abastadas que se rebelariam contra a relativa melhora das

---

<sup>86</sup> 28. O filósofo Paulo Arantes oferece uma lista não exaustiva de visões sobre o que acontecera em junho de 2013. Pode ser encontrada em: Conferência de Abertura (In: Memorial: 10 anos das Jornadas de 2013 no Brasil, Universidade Federal de Alfenas, 18 mar 2024). Disponível em: [https://www.youtube.com/live/3Q\\_d-IOI6s?si=At6oK1N4esQwzJzY](https://www.youtube.com/live/3Q_d-IOI6s?si=At6oK1N4esQwzJzY).

condições de vida dos mais pobres. O período que se iniciara em 2003 pode ser, então, classificado como de um “reformismo fraco”<sup>87</sup>, no qual as políticas de inclusão (transferência de renda às famílias, segurança alimentar, expansão do crédito, valorização do salário-mínimo, aumento do investimento público, ações afirmativas etc.), embora não tivessem abalado a estratificação social brasileira, cuidaram de reduzir alguns dos problemas sócio-históricos mais urgentes.

Esse reformismo, caracterizado por uma lógica de concessões (e não pelo confronto de classes), teria se mostrado eficaz no combate à desigualdade no Brasil em um ritmo similar ao da implementação do Estado de bem-estar em moldes ingleses. No entanto, para aqueles que compartilham da versão do ovo da serpente, o modelo de governabilidade e condução econômica dessa era de ouro entrara em curto-circuito já em 2013, de tal maneira que acontecera um “[...] deslocamento da burguesia industrial, que aderiu à frente única burguesa contra o ensaio desenvolvimentista” (SINGER, 2015:65), típico dos mandatos dos Presidentes Lula e Dilma.

O acentuado intervencionismo estatal na gestão econômica no Governo Lula II (2007-2010) produzira melhorias nos índices de medição de desigualdades, ocasionando conquistas reais às classes subalternas. Essa intervenção, própria do *lulismo*<sup>88</sup>, fora aprofundada nos primeiros momentos do Governo Dilma I (2011-2014), fato que teria resultado numa desagregação da aliança entre diversos ramos do rentismo e da atividade produtiva que marcara aqueles anos. A tentativa de redução por parte do governo da taxa de juros em meados de 2012 como condição para garantir o crescimento econômico gerara reações contundentes nos centros das decisões monetárias. Na prática, o Banco

---

<sup>87</sup> Nos termos propostos por André Singer, por “reformismo fraco”, em linhas gerais, entende-se um tipo de política econômico-social implementada durante os anos Lula (2003-2010), a qual permitira a promoção de avanços sociais, sem, contudo, alterar de forma estrutural a distribuição de renda e de poder no país. Entre as suas principais características, destacam-se: (i) priorização da conciliação de classes; (ii) manutenção da gestão econômica neoliberal; (iii) aliança com setores conservadores do sistema político; e (iv) focalização de políticas sociais. Notabilizou-se por, simultaneamente, reproduzir e avançar as contradições brasileiras. Diante da profunda desigualdade, o modelo se explicita por reformas de feição gradual e, portanto, lentas ao enfrentar as iniquidades sociais, prescindindo de mobilização e organização desde baixo. Cf. Singer, 2012.

<sup>88</sup> O “lulismo” consistiria numa espécie de “conciliação pelo alto”. Diz respeito à tentativa de arbitrar os interesses das diferentes classes sociais, a partir do Estado brasileiro. Para tanto, sustenta-se em três eixos: (i) mecanismos de ampliação da participação popular – p.ex., orçamento participativo; (ii) políticas sociais compensatórias – que procuram combater a extrema pobreza, sem alteração profunda na distribuição de renda; e (iii) crescimento econômico com inclusão social. Cf. Singer, 2012.

Central (BC) aumentara a taxa Selic no primeiro semestre de 2013, enfraquecendo a cruzada desenvolvimentista intencionada pelo Poder Executivo federal.

Aponta-se, portanto, uma “[...] dissolução da coalizão produtivista e a formação da frente única burguesa antidesenvolvimentista” (SINGER, 2015: 68). Os esforços de aceleração da matriz econômica intervencionista e o ativismo estatal tornaram intrincadas as relações com grupos tradicionais da elite econômica brasileira. Para alguns, constata-se aí um ponto de inflexão no amálgama entre mercado financeiro, setores produtivos, governo federal, classe política e frações da classe trabalhadora – ajuntamento que representou um acordo de cima para baixo nos centros de decisão político-econômica.

Perdido o ponto de apoio que lhe permitia andar, a proposta desenvolvimentista para. Procura preservar medidas de estímulo industrial que não dependiam da Selic, mas sabe que pouco conseguirá avançar, remando contra a correnteza dos juros. Seguem-se dois anos penosos, em que o cerco a favor de reversão neoliberal completa ganha cada vez maior adesão na burguesia, na classe média tradicional, em setores da nova classe trabalhadora e até entre personalidades influentes sobre Dilma (SINGER, 2015: 44).

Nesse desarranjo nos andares superiores da política brasileira, as insurgências de junho, iniciadas por organizações de esquerda e pleiteando políticas públicas ligadas à mobilidade urbana, teriam sido apropriadas por novos grupos direitistas nas semanas que se seguiram aos primeiros atos comandados pelo Movimento Passe Livre (MPL) na cidade de São Paulo.

Em poucos dias, novos atores entram em cena, e multidões saem às ruas para protestar em todo o país. Pautas difusas de reivindicação, por vezes desencontradas, parecem marcar a tônica dos protestos. Apesar dessas vozes dissonantes oriundas das vias públicas, quem enxerga junho como ovo da serpente costuma destacar da multidão (i) as críticas à corrupção generalizada do sistema político-partidário, mas em tese comandada pelo partido político à frente da Presidência da República; e (2) a crença liberal acerca da ineficiência do Estado em gerir e distribuir recursos (e, no caso brasileiro, acentuada pela quantidade excessiva de Ministérios).

A profusão de demandas distintas, conforme se notara naqueles dias, deixa claro para quem tem restrições quanto àquele momento a ausência de feição insurrecional. De algum modo, o que esteve em curso naquele ciclo de protestos não questionara a ordem social-econômica, e sim direcionaram sua insatisfação a alguns atores políticos,

cristalizados na figura da então Presidenta. E, em que pese o reconhecimento inicial de que junho fora um acontecimento de “classes e ideologias cruzadas”<sup>89</sup>, isto é, de atores e reivindicações socialmente heterogêneos, esse ponto de vista sobre os eventos tende a realçar tão somente o viés oposicionista de frações da classe média que se fizeram presentes, politizando aqueles dias como “de direita”.

Para muitos, pois, ocorrera um sequestro das mobilizações por grupos e posicionamentos reacionários. Já naquele mês, houve quem indicasse o caráter de extremismo de direita na rejeição dos partidos políticos e na eleição da corrupção como principal causadora dos males do país, operação que estaria posta em ação na dinâmica das movimentações de rua. Embora se admita existir lastro na crítica contundente às instituições políticas àquela altura dos acontecimentos por parte dos que foram às mobilizações, viu-se como problemática a sua pretensa postura geral, haja vista que, para os detratores de junho, em vez de insistir numa reforma política, a maioria dos manifestantes recusara a legitimidade democrática e republicana da forma partido político.<sup>90</sup> Para essa linha, aderiu-se em junho ao discurso ideológico midiático de condenação integral da política, comum a uma perspectiva de classe conservadora – e tornou aberta a via para que uma vindoura extrema direita se sentisse à vontade para ocupar espaços.

[...] parte dos manifestantes está adotando a posição ideológica típica da classe média, que aspira por governos sem mediações institucionais, e, portanto, ditatoriais. Eis porque surge a afirmação de muitos manifestantes, enrolados na bandeira nacional, de que “meu partido é meu país”, ignorando, talvez, que essa foi uma das afirmações fundamentais do nazismo contra os partidos políticos (CHAUI, 2013, seção “O pensamento mágico”).

---

<sup>89</sup> Indica a composição social heterogênea dos protestos de junho de 2013: presença expressiva da classe média tradicional, assim como de um novo subproletariado – jovens trabalhadores com empregos regulares, mas precarizados. Notara-se a alta escolaridade de parcela significativa dos manifestantes, contrastando com os índices de adultos matriculados no ensino superior, à época. E, ao longo de todo o mês, viu-se o cruzamento de ideologias, pois as manifestações contaram tanto com a atuação de coletivos de esquerda anticapitalistas e horizontais, quanto de novos grupelhos identificados à direita no espectro político. Cf. Singer, 2013.

<sup>90</sup> A filósofa Marilena Chauí, por exemplo, revê sua posição no decorrer dos eventos. Se inicialmente considera legítimas as insurreições de junho, ainda naquele mês identifica junho a algo potencialmente desastroso e apolítico. Mudanças de posicionamento, aliás, tornaram-se recorrente em boa parte da *intelligentsia* brasileira acerca das jornadas de junho de 2013. Cf. Chauí, 2013.

Com a perda de comando por parte da esquerda não institucional da liderança dos levantes de junho, essa vertente entende que as investidas do rentismo contra o governo adquiriram justamente um reforço advindo das multidões insurgentes. À insatisfação do mercado financeiro com a “nova matriz econômica” do Ministro Guido Mantega, soma-se o descontentamento proveniente das ruas – endossado pelo mainstream midiático que rapidamente passara a apoiar as manifestações, identificando-as como avessas ao governo.<sup>91</sup> O cômputo fora o inesperado até então aumento dos indicadores de rejeição à Presidenta – e a instabilidade política que se seguiu no país nos anos subsequentes.

Outra corrente, aproximada da anterior e igualmente comum em escritos políticos, também possui reservas quanto às jornadas de 2013. Há quem aponte o período como um capítulo de desestabilização de governos nacionais não alinhados com a geopolítica majoritária dos países da União Europeia e dos Estados Unidos. Produções recentes, inclusive em publicações comprometidas com a divulgação do pensamento progressista, circunscrevem as insurgências de junho numa espécie de guerra híbrida e/ou revolução colorida. Por esse enquadramento, guerra híbrida, conceito da geopolítica militar global<sup>92</sup>, consiste em certo tipo de conflito que reúne táticas não militares, a exemplo da desinformação e de retaliações econômicas, cujo objetivo é desestabilizar governos, mas sem a necessidade de intervenção armada direta nos países. Por seu turno, revolução colorida condiz com a etapa civil de uma guerra híbrida: utilizam-se ferramentas de propaganda e redes sociais a fim de acarretar algum desarranjo institucional no governo de ocasião, sobretudo ao se valer de manifestações de massa, no geral, pacíficas, que reclamam, segundo essa visão, abstratamente a ampliação de direitos. Por revolução colorida, entende-se um golpe brando, “[...] que une a população em um

---

<sup>91</sup> A socióloga Silvia Viana sublinha o fracasso da iniciativa midiática de deslegitimar as insurreições de junho de 2013 taxando-as como “violentas” e “baderneiras”. Diante do apoio popular e da dificuldade de controle de narrativa, a solução encontrada, então, pelo discurso midiático consistiu na reformulação da cobertura dos eventos, operando uma divisão simplista entre manifestações “pacíficas” e “violentas”. Para a autora, a tentativa de enquadrar negativamente os protestos do MPL se deveu justamente à força da organização em interromper o “sagrado ir e vir”, já nos primeiros dias. Cf. Viana, 2013.

<sup>92</sup> Adeptos dessa corrente consideram o cientista político Gene Sharp, a partir da década de 1980, um dos principais formuladores de intervenções não violentas em países não alinhados à geopolítica norte-americana. A estratégia consistiria em mobilizar as populações desses países em torno de temas de ampla aceitação. Tal mobilização utilizaria expedientes sociais e psicológicos, o que ocasionaria o enfraquecimento e até a deposição, pela via institucional/procedimental, do governo. Cf. Sharp, 2010.

enxame [...] e faz com que ela subjugué as instituições públicas que representam o governo” (KORYBKO, 2018: 30).<sup>93</sup> Perpetradas por um agente externo, intenciona-se reduzir o apelo popular de um governo não adstrito às diretrizes internacionais das potências europeias e da política externa norte-americana. Seu objeto final é a promoção da troca de governantes.

Nessa orientação, subsistem avaliações<sup>94</sup> que enxergam os principais eventos do noticiário político brasileiro dos anos 2010 – Operação Lava-Jato, impeachment de Dilma Rousseff, eleições de 2018 etc. – como desdobramentos de uma guerra híbrida, que se iniciara com as manifestações de junho de 2013. Como dito, concerne ao uso de expedientes não militares (intervenção midiática, lawfare etc.), como forma de tornar vulnerável certa liderança política. Para tal perspectiva, já em 2013 a arena política brasileira, no decorrer dos protestos massivos, assumiu contornos de provocação para desacreditar o governo comandado pelo Partido dos Trabalhadores (PT), restringindo-o em sua capacidade de ação, de sorte a instaurar-se um caos social e político, cujos resultados posteriores redundam no término abrupto do Governo Dilma II pela via procedimental (apoiado pela mídia tradicional, e não sem controvérsias jurídicas) e na chegada ao poder da extrema direita.<sup>95</sup>

---

<sup>93</sup> Para uma crítica breve e contundente ao livro de Andrew Korybko (2018), referência no Brasil para aqueles que se subscrevem à hipótese de uma “guerra híbrida”, conferir o comentário de Jonas Medeiros (2020). Além da debilidade teórico-metodológica da obra, haja vista que não contém estudos de caso, entrevistas, trabalho com dados etc., e sim apenas um encadeamento pretensamente lógico de teorias e conceitos, o texto de Korybko mostra-se um mero instrumento de defesa dos interesses da política externa russa. Cf. Medeiros, 2020.

<sup>94</sup> Para essa corrente, toda regressão democrática que aconteceu no Brasil nos últimos anos é consequência direta ou indireta de junho de 2013. Perspectiva consideravelmente negativa sobre os protestos, pois, para ela, sequer houve disputa pelas ruas, pois já desde sempre esteve contratada – pelo imperialismo – a intenção de desmobilizar a coalizão governista comandada pelo Partido dos Trabalhadores (PT). Sobre os cidadãos identificados politicamente à esquerda que se fizeram presentes nas manifestações, a vertente os considera ludibriados, mesmo porque revoluções coloridas carregam uma feição progressista, embora falsa. Cf. Mendes, 2023, p. 50.

<sup>95</sup> Em parte, a relevância dessa corrente justifica-se pelo seu grau de adesão. A medida de sua aceitação verifica-se no fato de figura histórica da esquerda brasileira e do Partido dos Trabalhadores (PT), José Genoino, subscrever-se à ideia de “guerra híbrida”. Para o ex-deputado, o ciclo de governos progressistas na América Latina representou uma recusa aos anos de consenso neoliberal. E, ainda que houvesse limitações objetivas e contradições, governos como o do PT simbolizariam um polo contra-hegemônico, resistente à lógica de acumulação desenfreada do capitalismo contemporâneo. Contrariamente a essa resistência que se deu no Brasil, foi levada a cabo, pelos Estados Unidos, uma espécie de contrarrevolução por meio de uma “guerra híbrida”. Em linhas gerais, também para Genoino, teria havido uma série de reivindicações legítimas, mas de sentido deturpado, a partir de 2013, para desgastar a Presidenta Dilma

Em todo caso, conforme o que se procura albergar aqui, sugere-se então haver um sentido vencedor nas interpretações sobre junho: concerne à energia social potencialmente disruptiva que mostrara sua face em 2013 – para alguns, desde sempre regressiva, para outros, mobilizada e capturada por forças conservadoras.<sup>96</sup>

## 2. O PROBLEMA DA TELEOLOGIA SIMPLIFICADORA

Desvencilhar-se das visões apresentadas não é tarefa fácil para os observadores de junho. Diz respeito a um assunto mal resolvido, por assim dizer, em parte da esquerda brasileira. Para tentar desatar alguns obstáculos, começa-se por fazer uma concessão. Decerto assistiu-se, na última década, a uma ofensiva das classes dominantes que destituiu o governo de um partido historicamente de esquerda, afastou o mencionado reformismo do período anterior e impôs uma política de austeridade. Mas não está implicado que possivelmente o “[...] maior movimento de massas desde a redemocratização” (Nunes, 2022: 10) fosse na sua origem parte de um plano de regressão democrática, aliado à agenda econômica ultraliberal.

Essa história “[...] não estava escrita desde sempre, esse resultado não estava dado de antemão” (NOBRE, 2022:131). Se é possível concordar que os anos posteriores foram marcados por uma contraofensiva das elites econômicas contra as conquistas sociais adquiridas na Nova República, decerto se mostra mais propício indagar em que momento houve um desenlace nefasto para o início de alguma coisa que soara promissora.

Isto posto, assumir as investidas antidemocráticas ocorridas em anos recentes como desdobramentos necessários e diretos dos protestos de junho soa como uma resposta simplória aos eventos. É comum abreviar o que se atravessara naquele mês, identificando a alguma coisa prejudicial. Procedimento usual sobre junho resume-se ou

---

Rousseff. Neste caso, o impeachment de 2016 teve seu preparo com as jornadas de junho de 2013. Cf. Genoino, 2022: 23-24.

<sup>96</sup> No final do mês de junho de 2013, quando manifestantes trajados de verde-amarelo, com clara inclinação conservadora, destacaram-se nos protestos, houve quem defendesse a ideia de que sucedia um sequestro das mobilizações de esquerda pela direita. Se inicialmente as manifestações consistiam numa revolta do precariado – camada da classe trabalhadora, constituída de jovens escolarizados, mas desempregados ou inseridos em relações de trabalho precárias –, num segundo momento, talvez pelo deslumbre pela cobertura midiática, setores conservadores da classe média brasileira aderiram aos protestos. Por essa visão, pela influência da mídia hegemônica, pautaram-se as manifestações, de sorte a esvaziar da movimentação social do precariado seu aspecto disruptivo. Retirava-se, assim, seu caráter radical de classe. Transformaram-se as manifestações de junho num movimento patriótico, com a pauta vazia do combate à corrupção. Cf. Alonso, 2023: 12.

numa caracterização depreciativa ou no silenciamento quanto ao tema. Denota existir ainda um tipo de denegação para lidar com uma experiência que, de fato, mostrou-se intrincada, mas que precisa ser elaborada. Assim sendo, essa “[...] extrema dificuldade de tirar lições de 2013 que os mais variados setores da esquerda demonstram sugere que há ali um núcleo traumático em que o pensamento trava sem conseguir avançar” (NUNES, 2022: 10).

Como os anos posteriores impuseram resultados desfavoráveis aos setores mais progressistas, não é difícil supor a dificuldade de alguns intérpretes situados à esquerda em confrontar-se com uma realidade que causara fricções. Lugar-comum para encarar eventos passados que acarretam perturbação reside na assunção acrítica de interpretações eivadas de simplificações. Isolar o mês de junho de 2013 como instante do qual a sequência de episódios frustrantes da política brasileira teria derivado parece padecer de certa armadilha conceitual pela qual a história se desenrolaria de forma linear.

Por vezes, nota-se a inclinação de verter a sucessão plurifacetada de episódios que se estenderam por vários dias e semanas, com particularidades complexas, a um simplismo reducionista de uma causa reunificadora, que se desvelara, anos mais tarde, em um fito de erosão social e democrática. À vista disso, tanto faz reduzir junho à origem do autoritarismo recente ou a uma “guerra híbrida”.

É assim que Junho de 2013, a Operação Lava Jato, o impeachment de Dilma Rousseff e a eleição de Jair Bolsonaro podem ser sintetizados numa narrativa unilinear, reduzidos a meras etapas na execução rigorosa de uma “guerra híbrida” coordenada pela cia ou de uma estratégia traçada há muito pelos militares (NUNES, 2022: 171).

Em outras palavras, limitar junho como ovo da serpente significa deixar-se levar por uma atratividade letrada de tratar circunstâncias históricas multifacetadas com as ferramentas da linearidade, causalidade simples, mecanicismo etc. Consiste em verdadeiro empecilho teórico, visto que interdita as múltiplas direções que um evento de massas permite suscitar. Esse tipo de exercício intelectual não raro retira do âmbito da reflexão crítica a complexidade intrínseca de um acontecimento que tomara as atenções do cotidiano brasileiro.

Não se quer negar com isso a possibilidade de estabelecer relações entre a ascensão da extrema direita e as ocorrências de junho. No entanto, o expediente comum em determinadas leituras sobre os dois fenômenos é fazer de junho a causa daquele,

desprezando outros vários momentos, alguns anteriores a 2013, assim como aqueles que ocorreram até as eleições de 2018.<sup>97</sup>

Em lugar de tentar entender o que, afinal, tinha acontecido em Junho, passou-se a falar do estelionato eleitoral de Dilma Rousseff ou da contestação pelo candidato derrotado Aécio Neves na eleição de 2014, da recessão econômica, da crise política, das decisões do STF, da prisão de Lula. Junho foi fixado como prenúncio de Jair Bolsonaro. Esse curto-circuito fez da eleição de Bolsonaro em 2018 uma espécie de marco definitivo de qualquer conta de chegada explicativa de Junho (NOBRE, 2022:17-18).

Permanece, assim, um problema em interpretações à esquerda: a característica teleológica tende a observar o que se passara a partir dos fins que alcançou. O equívoco equivale a afirmar que “[...] o resultado *só poderia ter sido* uma vitória da direita, seja porque situações como Junho inevitavelmente conduzem à reação, seja porque a maioria da população já era de direita e apenas não sabia” (NUNES, 2022: 182). É como se a extrema direita estivesse desde sempre destinada a vencer as disputas políticas. Dito de outra forma, utilizar-se da teleologia corresponde a um enquadramento dos momentos pregressos de tal modo que derivem sem desvios do que sucede no presente. Todavia, uma formulação nesses termos comumente “[...] ignora que os acontecimentos do passado poderiam ter seguido outros desenvolvimentos” (NOBRE, 2022: 17).

A narrativa que condena junho de 2013 comete, portanto, um erro fundamental: analisar o processo histórico à luz do resultado. Essa perspectiva afasta a fluidez das ideologias e a capacidade de transformação política dos indivíduos, assim como as modificações estruturais.

Recai-se, por exemplo, na incorreção de presumir que aqueles que se identificam com a extrema direita sempre tiveram essa inclinação. Perde do horizonte o detalhe de

---

<sup>97</sup> Camila Rocha identifica a reeleição de Dilma Rousseff (2014) como o instante no qual as direitas emergentes alcançaram maior aderência. Para a autora, as direitas não necessitaram de junho de 2013 para alcançar o poder. Na verdade, as direitas radicalizadas precisavam de que amplos setores da população se insurgissem contra a permanência do Partido dos Trabalhadores (PT) na Presidência da República. Às vésperas das eleições de 2014, portanto, diversos grupos de direita passaram a arregimentar mais pessoas. Mas, segundo a autora, não há continuidade entre os dois momentos. Primeiro, em junho de 2013, as pautas eram diversificadas e, conforme se verá adiante, encontrara-se nas ruas uma espécie de antagonismo contra o sistema político em sua totalidade. Por outro lado, já em 2014 após à reeleição, as manifestações organizadas pelas direitas procuravam, de modo específico, defender a necessidade do impeachment, a contar de um antagonismo direto com o PT. Ademais, há um contraste de perfis. As ruas de junho de 2013, como se viu, foram tomadas, em regra, por manifestantes jovens e oriundos das classes média e trabalhadora. Em 2014, quem se fez presente nos protestos pelo impeachment era, em média, mais velho e possuía alta renda. Cf. Rocha, 2023: 74.

que muitos que hoje se veem como direitistas de vertentes mais extremas reconheciam-se como esquerdistas em 2013, à época alguns até se considerando radicais. A interpretação equivocada reside em assumir que seres humanos sempre carregaram consigo as mesmas convicções, desconsiderando a dinâmica das experiências pessoais e a influência do contexto político.

Contudo, o mês de junho de 2013, embora expressivo, não continha em si todo o desenrolar subsequente. Situações inesperadas, decisões individuais e coletivas e flutuações das circunstâncias puderam alterar significativamente o curso dos acontecimentos. Afirmar a inevitabilidade de determinado fenômeno – que carregaria consigo o germe dos episódios posteriores – desconsidera o caráter de contradição do devir histórico.

Por certo, a história não é o resultado exclusivo da subjetividade. A ação humana influi para o desenlace de momentos decisivos, a despeito de não se escolher as circunstâncias em que se encontra submergida.<sup>98</sup> Neste caso, indivíduos e grupos sociais não podem ser reduzidos a peças de uma disputa predeterminada. Sofrem influências, mas têm capacidade de ação, de tomada de decisão. Interferem no decurso da história. Tomar como definitiva determinada visão linear sobre os acontecimentos, atribuindo a eles, desde sempre, um sentido pejorativo, traduz-se na negação da agência humana – mais ainda: significa negar o papel fundamental que a realidade humana desempenha na construção do seu próprio futuro.

Consideradas a agência humana e a própria contingência dos fatos, para oferecer uma alternativa ao debate consolidado sobre junho de 2013, talvez renda mais proveito apontar que, ao longo dos últimos anos, travou-se uma disputa, cujo ato seguinte fora uma derrota<sup>99</sup> histórica da esquerda brasileira. Isto posto, ainda que parcial, operar um exame

---

<sup>98</sup> A tentativa deste texto é arredar-se sobretudo da teleologia – como se a história pudesse resumir-se a um percurso progressivo e unívoco. A contar de uma conhecida lição marxiana, pressupõem-se indeterminação e dinamismo nos processos sociais. Nesse sentido, a agência humana dá-se em um enquadramento opositivo entre forças produtivas e relações de produção. E em meio a delimitações opositivas, há espaço para a ação da subjetividade. Neste caso, é oportuno lembrar que os “[...] homens fazem a sua própria história; contudo, não a fazem de livre e espontânea vontade, pois não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram” (MARX, 2011:25).

<sup>99</sup> Encarar essa derrota histórica significa sobretudo defrontar-se com os desacertos, revisar as posições anteriores e prescindir de uma defesa integral e implacável do período precedente. É preciso, portanto, nuançar os eventos, as decisões e as escolhas. Trata-se de reconhecer que o desenlace poderia ter sido

da malograda atuação do campo progressista produz o benefício de afastar a reflexão crítica da teleologia pura e simples, assumindo-se que o resultado poderia ser outro.

Diz-se de uma derrota, porquanto é inegável que a extrema direita soube obter vantagens daqueles dias de contestação –, e o que havia de antissistema já em junho fora por ela mais bem conduzido ao longo dos anos. E, mais do que tirar lições, a extrema direita tornou-se um dos principais vetores do cenário político e construiu uma base social, mormente ao escamotear o antagonismo entre elites econômicas e camadas populares.

O período de efervescência política abriu um espaço de disputa ideológica em que a extrema direita se organizou de maneira mais eficaz do que a esquerda e a direita. No vácuo aberto devido ao desapontamento com as proposições à esquerda, a extrema direita soube se organizar e capitalizar o momento, encontrando inclusive interlocutores dentro do próprio sistema político durante os anos posteriores.

### 3. A ENCRUZILHADA DA ESQUERDA BRASILEIRA

Diante da energia social dispersa que se mostrara nas ruas de todo o Brasil, o sistema político viu-se confrontado como em poucas ocasiões da história brasileira. A maior parte das insurgências de junho indicava um descontentamento generalizado com o manejo da coisa pública e com os mecanismos institucionais de representação. Como mencionado, tratou-se sobretudo de um ímpeto antissistema, que rapidamente evoluíra de protestos contra o aumento das passagens do transporte público em São Paulo e passara a questionar a razão de ser da política brasileira até então.<sup>100</sup>

---

distinto – já que as pessoas não estavam destinadas a aderir ao discurso da extrema direita. Cf. Nunes, 2022;183.

<sup>100</sup> Em uma espécie de autocrítica sobre as jornadas de 2013, então integrantes do Movimento Passe Livre (MPL) discutem os limites da tática de revolta popular, aplicada em junho daquele ano. De curto prazo, incendiárias e descentralizadas, as revoltas tinham como tática contrapor-se à ordem estabelecida pela diminuição da tarifa dos transportes urbanos, sem se dirigir a um representante – de modo a forçar o governo a ceder a fim de reestabelecer a ordem. Sua explosão figura como crítica ao consenso imobilista, afeta a rotina urbana e mobiliza grande energia social. No entanto, alcançado o objetivo – a redução da tarifa –, a revolta refluí. Ressoa como limitação em si mesma, pois, embora carregue o potencial transformador, falta a essa tática continuidade organizacional que aglutine práticas diversas de mobilização. Seria o caso de pensar uma estratégia mais ampla que se enraizasse no cotidiano da classe trabalhadora – e se evitassem, com isso, a armadilha da perda de propósito e a cooptação política reacionária do impulso antissistema. Cf. Revolta popular: o limite da tática (2014).

Já naqueles dias se observava um contínuo de discussões acerca da vida nacional, em que pairava uma desconfiança disseminada a respeito da classe política e das instituições. Se antes conversas em tom crítico restringiam-se a círculos especializados, nesse momento a insatisfação quanto à corrupção e repressão policial (vista nas primeiras manifestações) permeava as ruas e as redes sociais.

Não se procura sustentar aqui a inexistência de motivações nas ruas de junho ao apontar esse traço antissistema. Na verdade, é trivial que vários atores, uns com mais influência e poder que outros, intencionassem produzir efeitos no cenário político. Porém, o que se afirma é justamente a miríade de intenções, por vezes opostas e em disputas.

Nesse sentido, antes mesmo de formar-se uma orientação ideológica capaz de guiar as ações nas vias públicas, “[...] Junho foi uma revolta dos governados contra os governantes” (NUNES, 2022: 166). Em tal confluência de insatisfações, essa revolta dos governados apresentou-se avessa ao tratamento comumente oferecido pelos atores e estamentos tradicionais às crises e reivindicações.

Por isso mesmo, o impulso antissistema rechaçara a presença de partidos políticos nas movimentações de rua.<sup>101</sup> Tal recusa deu-se de modo abrangente, de sorte que não se traduzira na oposição a um governo específico ou a um partido determinado. Postura antissistema, sem dúvida, terminara por resvalar na crítica contundente ao governo de ocasião, mas esse desdobramento seria visível qualquer que fosse o ator político no poder.<sup>102</sup> Não se tratou de “[...] uma oposição a um governo determinado” (Nobre, 2022; 129). E é evidente que, por essas mesmas razões e, de forma contingencial,

---

<sup>101</sup> Em muitos protestos de junho de 2013, a heterogeneidade dos envolvidos gerou uma série de ambiguidades. Destaca-se a polissemia da palavra de ordem “sem partidos”: (i) para a esquerda não institucional, significava a autonomia dos movimentos; (ii) para os grupos de direita, queria dizer a rejeição das organizações de esquerdas – que detinham o monopólio das manifestações de rua pelo menos desde a redemocratização –; e (iii) para aqueles sem posição político-ideológica definida, representava uma unidade contrária aos governantes em geral. Seja como for, do ponto de vista do campo progressista, não se deve tomar a aceção da esquerda não institucional como uma forma de negação da política, tampouco uma questão definitiva – rejeição integral e sumária de partidos políticos. Na realidade, no sentido da esquerda não institucional, por “sem partido”, entende-se, de modo mais preciso, alguma coisa como “sem partidos aqui e agora”. Por isso mesmo não se obstaculiza aprioristicamente a possibilidade de variadas formas de organização política. Cf. Nunes, 2022; 181.

<sup>102</sup> Gilberto Carvalho, figura histórica do Partido dos Trabalhadores (PT), conselheiro pessoal do Presidente Lula, destacada interlocução partidária junto aos movimentos sociais e, à época das insurgências de junho, Ministro-Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República, ficara encarregado de fazer reuniões com grupos manifestantes. O dirigente partidário partilha da ideia de que as manifestações eram antissistema e não simplesmente contrárias ao governo. Cf. Barros, 2022; 313.

o governo petista da Presidenta Dilma Rousseff acabara aglutinando um sem-número de desaprovações.

Realidade incômoda, pois o partido que comandara boa parte das manifestações da Nova República e mantivera ligações estreitas e até mesmo a liderança de movimentos sociais desde a década de 1980 se acha contrastado com o alarido e os protestos oriundos das vias e calçadas. Novo cenário de difícil absorção pela esquerda institucional – que, por vezes, assimila por denegação e adiamento.

Já nos protestos do dia 6 de junho na cidade de São Paulo, no que havia de antissistema encrustava-se certa esquerda em ação não atrelada à institucionalidade. Acontece que durante a década de 2000 o PT perdera a hegemonia das ruas, em que pese não se identificarem no período grandes manifestações de massa que pressionassem de maneira substantiva o governo.

Em uma reconstituição factual das disputas sobre os movimentos sociais nos anos Lula (2003-2011), apesar da agenda de política públicas focalizadas e/ou redistributivas, extrai-se que o PT negligenciara a formação de uma nova geração de militantes e ativistas.<sup>103</sup> Passados alguns anos no comando da Presidência da República, “[...] o PT já aparecia para os jovens como ‘o sistema’” (BARROS, 2022: 314). Devido às contradições inerentes à política de conciliação de classes, novos movimentos do campo progressista passaram a fazer uma crítica de esquerda ao governo, atraindo a juventude universitária para suas organizações.

Intrigante é o fato de que parcela significativa dos movimentos que fundaram o MPL e iniciaram junho possuísse ideias aproximadas ao PT dos anos 1980 – autonomistas, cuja atuação entre o socialismo e o anarquismo culminara na defesa de “[...] formas de política descentralizadas e horizontais e a subordinação dos partidos aos movimentos” (BARROS, 2022: 311). Ao proporem novas formas organização, tais movimentos intencionavam a ruptura com modelos de gestão tradicionais e hierárquicos nas aglomerações urbanas, promovendo uma intervenção mais direta e participativa.

---

<sup>103</sup> Em linhas gerais, à esquerda do Partido dos Trabalhadores (PT), ao longo dos anos 2000, consolidaram-se entre os jovens organizações de dois estilos: (a) neossocialistas – insatisfeitos com o pretensão abandono do governo da agenda redistributiva, mantinham algumas estruturas tradicionais de liderança –, cujo exemplo notável é o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST); e (b) autonomistas/anarquistas – organizados a partir da ideia de horizontalismo – isto é, negavam formas tradicionais de hierarquia política e consideravam legítimas apenas as decisões por consenso. Cf. Alonso, 2023; 65.

Seja como for, a recepção das jornadas de junho no PT foi de perplexidade<sup>104</sup> – reação que demonstra a desconexão crescente entre o partido e as novas demandas sociais emergentes. E, historicamente atrelado às lutas sociais, o PT encontrava-se numa encruzilhada: se, de um lado, promovera políticas públicas distributivas que diminuíram a pobreza extrema e trouxeram ganhos reais às classes subalternas, por outro, o partido cada vez mais adquiria a feição de establishment, identificado aos arranjos comezinhos da cena política brasileira. Dilema que reproduzia uma tensão interna entre tentar ser um agente de transformação social e a necessidade de se adaptar às regras do jogo político institucional.

Fato é que, se num primeiro momento o governo Dilma ensaiou conduzir um processo político amplo de uma Nova Constituinte, no âmbito da institucionalidade a classe política brasileira quase que integralmente optara por uma posição reativa a qualquer abertura ou reforma. Essa resistência institucional não apenas restringia as possibilidades de mudança, mas, além disso, reforçava a percepção de que o sistema político permanecia fechado em si mesmo, apartado das reivindicações populares.<sup>105</sup>

Decisão seguida pelo PT, que, atordoado pela novidade de um ciclo de protestos sem a sua orientação, preferiu, contrariamente à força antiestablishment que se vira nas ruas, “[...] cerrar fileiras com o sistema político” (NOBRE, 2022: 130). O resultado dessa recusa do sistema político de iniciar uma autorreforma significou a interdição da energia social dispersa de intervir diretamente na institucionalidade. É o tipo de postura que não apenas alienava as organizações e movimentos, já que enfraquecia a capacidade do PT de se reinventar – aproximando-se das novas formas de intervenção política – e se reconectar – com suas bases históricas.

A reação da esquerda institucional fora extremamente negativa, embora houvesse uma alternativa para evitar o desfecho desfavorável. O partido poderia ter se

---

<sup>104</sup> Não era tarefa fácil para a esquerda institucional compreender a tônica das manifestações. Em primeiro lugar, o Partido dos Trabalhadores (PT) se viu surpreendido, pois já apoiara as reivindicações do MPL contrárias à administração anterior. Além disso, o PT argumentava que o aumento na tarifa dos transportes feito pela gestão de Fernando Haddad fora inferior à inflação. Cf. Barros, 2022; 313.

<sup>105</sup> O impasse entre se colocar enquanto agente da transformação social e um vetor habituado aos acordos com establishment pode ser observado na tentativa de um plebiscito para autorizar uma Constituinte. Ainda no mês de junho de 2013, a Presidenta da República indicou um de seus ministros para viabilizar tal intenção. Apesar do recesso parlamentar, os Presidentes da Câmara e do Senado reuniram-se com a chefe do Estado e a dissuadiram da ideia. À época, a imprensa também desancou a iniciativa. Cf. Alonso, 2023; 253.

atribuído o papel de porta-voz e intermediário das manifestações populares. Para isso, o PT precisaria ter se desvinculado do arranjo confortável que ocupava no cenário político brasileiro há anos. No entanto, o governo e o PT encerraram os canais de diálogo, até mesmo com setores da própria esquerda.

Em vez de servir como via para que o descontentamento pudesse ter lugar e influir no cenário político, de modo a renegociar inclusive sua hegemonia própria no campo progressista e abrir ambientes de comunicação com formas atualizadas de organização, o PT sedimentara seu papel de defensor do sistema político. Essa estratégia, questionável mesmo dentro do contexto de manutenção do poder, produzira consequências profundas para a dinâmica política. Sua postura, muitas vezes, importou na desqualificação virulenta das manifestações. Adotada a tática defensiva, o partido não somente se afastava de suas raízes, assim como deixava de reconhecer a legitimidade das novas formas de mobilização social.<sup>106</sup>

Posicionamento de encastelar-se por parte do PT junto às forças tradicionais avessas à transformação social não gerou apenas ferimentos leves. Reduzira enormemente o campo de ação da esquerda não institucional (universitários, autonomistas/anarquistas, neossocialistas etc.), haja vista existir o inconveniente de um partido de esquerda ocupar o posto mais alto do Poder Executivo. Essa situação ocasionava um impasse: enquanto o PT estava no poder, o campo progressista em sentido amplo se via impossibilitado de questionar o governo sem parecer que apoiava a oposição de direita. Estreita via de intervenção política, pois era preciso levar em conta que a crítica contundente ao governo não poderia sugerir uma espécie de assentimento à oposição das direitas – mesmo porque, apesar das suas contradições, o PT possuía diferenças

---

<sup>106</sup> Com base na interpretação de Vladimir Safatle, tudo isso mostrava, de modo claro, a inoperância da esquerda governista em responder à dinâmica de politização insurrecional daquele momento. Ademais, como um todo, revelou-se inábil em produzir uma alternativa. Ao fim e ao cabo, a esquerda brasileira retornou aos limites da atuação nos moldes de coalizão e conciliação, comuns àqueles anos. Ainda segundo o autor, se as primeiras reações dos setores majoritários do campo progressista brasileiro em relação às insurreições de junho foram a desqualificação ou o espanto, evidencia-se a incapacidade de o campo progressista criar uma hegemonia dentro dos processos insurrecionais nascidos na rua; faltou, assim, ultrapassar o momento para impor uma pauta mais avançada e aprofundada das questões socioeconômicas. Faltou à esquerda brasileira protagonizar a aceleração, ou seja, como base de uma estratégia de hegemonia, radicalizar as demandas. Cf. Safatle, 2023; 105-107.

substantivas em relação ao restante dos atores políticos, sobretudo quanto à questão social.<sup>107</sup>

Ainda que a esquerda não petista tivesse acendido o pavio que desencadeara um evento de massas e vira “[...] em Junho um potencial de transformação da democracia brasileira” (NOBRE, 2022: 18), faltava a ela a força suficiente para pressionar o governo a uma tomada de direção em favor de um reformismo profundo. Sem via institucional que servisse como suporte às demandas advindas dos protestos, parte do campo progressista que fora às ruas inclinara-se a abandonar o processo. E quem à esquerda resolvera permanecer disputando o sentido das insurgências teve de se defrontar com uma realidade em que não haveria nenhum apoio da esquerda institucional.

Tolhida a esquerda não institucional em suas capacidades de canalização e adensamento, encerrada a esquerda institucional juntamente à blindagem do sistema político, não é difícil supor que o impulso antissistema, característica historicamente congênita às esquerdas, fosse transposta então para as direitas que se disponibilizaram a concorrer pela significação dos eventos.<sup>108</sup> Diante da massa insurgente naquele período, as chances reais de a esquerda brasileira canalizar a energia insurrecional achavam-se numa ação compartilhada. Mas não houve algo próximo a esse tipo de solidariedade histórica.

Indica-se, pois, uma derrota da esquerda, porquanto, se a esquerda não petista se encontrava sufocada, e com PT identificado ao establishment, permitiu-se o estabelecimento de um espaço “[...] para que a direita pudesse se reivindicar como legítima herdeira de 2013” (NUNES, 2022:187). No entanto, ressalta-se mais uma vez que nada disso estava previamente garantido.

---

<sup>107</sup> Acompanhando o raciocínio de Rodrigo Nunes, seria o caso de a esquerda não institucional antagonizar com o sistema político em sua integralidade, sem, contudo, eliminar completamente as suas clivagens. Ainda que fosse notável a identificação do PT ao establishment, assim como sua opção por desacreditar as jornadas, mesmo neste caso subsistiam diferenças qualitativas do partido em relação às demais siglas. Cf. Nunes, 2022; 186-187.

<sup>108</sup> Esse encadeamento torna-se mais problemático à medida que o desenrolar subsequente da crise da democracia brasileira – partir da reeleição de Dilma Rousseff em 2014 – demonstra que o impulso antissistema, por assim dizer, das novas direitas que se propuseram a sair às ruas traslada-se para a extrema direita. Cf. Nobre, 2022; 131.

#### 4. JUNHO DE 2013: O ACÚMULO SILENCIOSO QUE EXPLODIU EM PROTESTOS

Problema contíguo às direitas terem logrado com o legado da multidão desperta em 2013 alude propriamente à tese do ovo da serpente que se pretende contraditar. Em vez de um balanço acerca dos desacertos das esquerdas, prefere-se condenar junho integralmente, além de introjetar um ponto de vista quase como que idílico acerca do período anterior às jornadas. Assunção acrítica deixa de lado a reflexão sobre os equívocos do campo progressista enquanto comandara a Presidência da República. Posicionamento que serve como justificação dos erros da esquerda institucional, em especial em não mobilizar a energia social para o enfrentamento da política oficial. De novo, é como se as direitas sempre estivessem destinadas a vencer – tal qual um fenômeno da natureza –, e não caberia à esquerda institucionalizada oferecer alternativas que captassem as pautas das ruas. Diz respeito à:

[...] incapacidade da esquerda então no poder federal – bem como do conjunto do campo progressista, de maneira mais ampla – de dar uma resposta inovadora a Junho. O que, no caso, equivale simultaneamente a uma justificativa e a uma justificação para as decisões táticas e estratégicas que caracterizaram os anos de governo petista (NOBRE, 2022: 136).

Trata-se de uma defesa acrítica da institucionalidade petista e seus acordos com os amplos setores da política tradicional. Por essa posição, costuma-se indicar a existência de uma onda conservadora que de tão arrebatadora não restaria muito a fazer pela via da esquerda. Versão arrevesada, posto que obscurece da disputa que fora travada precisamente o que havia de desatino em táticas e estratégias das esquerdas, não só em 2013, mas ao longo dos anos em que comandou o Poder Executivo.

[...] sistema encarou as revoltas de Junho como uma explosão de insatisfação que iria passar em algum momento. O PT e parte da esquerda interpretaram as revoltas como manifestações de direita ou mesmo como de caráter profascista, potencialmente danosas, portanto, ao projeto de que o PT seria o portador e condutor incontestado (NOBRE, 2016: 145).

Em outras palavras, ao que tudo indica, há em parte da esquerda brasileira ligada à institucionalidade dos anos 2000 algo como um melindre retrospectivo, que toma como utópicas e irrealistas quaisquer objeções à política de conciliação de classes praticada nos governos petistas. Essa atitude, avessa à crítica pela via da própria esquerda, termina

como justificativa para as escolhas políticas do período e expressa um caráter fatalista – o que aconteceu naqueles anos não poderia ter se dado de outra maneira.<sup>109</sup>

Provoca-se, assim, um efeito deletério para o debate dentro do próprio campo progressista, pois, se junho condiz com a antipolítica e com o limiar do novo extremismo de direita, infere-se que o *status quo ante* seria a política propriamente dita – correndo-se, então, o risco de sua aceitação cínica, sem questionar suas contradições imanentes e estruturais.

Incide no erro de não considerar, por exemplo, o abandono da esquerda institucional da luta por pautas históricas a fim de manter coesa sua base de sustentação no Congresso Nacional, tal como na discussão acerca do combate à homofobia por meio de material inclusivo a ser distribuído em escolas públicas. Ou ainda a capitulação em torno da temática da transição energética e das mudanças climáticas, sobretudo quanto à polêmica da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Em muitos casos, houve uma espécie de rendição sem sequer fazer um debate abrangente, que envolvesse amplos setores da sociedade civil. Perdeu-se a disputa ideológica em variados temas ao adotar tática de não desagradar a base social conservadora, confiando na aposta de que frações mais amplas do eleitorado permaneceriam progressistas e votariam nas esquerdas quaisquer que fossem as circunstâncias.

Esse assentimento quase que integral dos governos petistas se reveste de um apelo nostálgico. Diante de um presente indesejado, representa-se um passado idealizado – mas que já não pode ser restaurado.<sup>110</sup> Mudanças estruturais já desde a crise do subprime em 2008 – que abalaram o consenso neoliberal e acarretaram uma crise de legitimidade das formas de representação política – interdita justamente as condições de retorno aos moldes anteriores. Transformações globais que também possuem lugar no Brasil, cujos modelos de conciliação de classes e de governabilidade parecem ter alcançado seu termo.

---

<sup>109</sup> Tratar os questionamentos à *Realpolitik* praticada pela esquerda institucional como atitudes da ordem da irracionalidade, da ingenuidade e da utopia, impede justamente a possibilidade de tomar lições e realizar autocrítica. Cf. Nunes, 2022, p. 162.

<sup>110</sup> Em vez da tentativa de um salto qualitativo adiante, a institucionalidade política, inclusive de esquerda, costuma insistir em posições defensivas, as quais almejam um retorno à situação política precedente, cujo esteio material, contudo, encerrou-se. Cf. Nobre, 2022. 29.

E é nesse cenário que a extrema direita se acostumou a ter êxito, já que o campo progressista, imerso numa nostalgia paralisante – agarrado àquilo que não pode ser reabilitado –, limita-se a apontar uma volta ao estado de coisas anterior, o que se constitui na ausência de um projeto político compatibilizado com a nova conjuntura.

Mas mesmo esse retorno, obstruído em razão de transformações estruturais, envolve-se de certo turvamento. Uma análise minuciosa deve considerar se uma reanimação do modelo anterior é desejável. Como parte da esquerda brasileira tem como pressuposto que a investida conservadora – que culminou na eleição da extrema direita – constituiu-se numa reação à redução da desigualdade, faz sentido tangenciar<sup>111</sup> em que termos se deram as políticas públicas e a condução macroeconômica.

Ainda que se reconheçam, entre 2003 e 2012, a ascensão social de milhares de pessoas, a elevação do salário-mínimo acima da inflação, o aumento da capacidade de consumo das famílias, a ampliação de mecanismos de proteção social (a exemplo do Programa Bolsa Família), a expansão das universidades federais e a consolidação do crédito em relação ao Produto Interno Bruto (PIB), uma avaliação menos comprometida com a defesa integral do período possui a virtude de não o condenar, sem, com isso, deixar de ao menos mencionar algumas contradições.<sup>112</sup>

O modelo adotado de social-desenvolvimentismo<sup>113</sup>, caracterizado pela associação entre Estado – principal investidor da economia – e burguesia nacional,

---

<sup>111</sup> Fugiria ao escopo deste artigo refazer em detalhe o percurso macroeconômico do período que vai de 2003 até, pelo menos, 2013. Para uma hipótese sobre os acertos e os desacertos da periodização indicada, ver *Valsa brasileira* (2018), de Laura Carvalho.

<sup>112</sup> Apoiando-se sucintamente no estudo desenvolvido por Leda Paulani (2009), observou-se a transformação profunda do capitalismo no destaque à natureza financeira do processo de acumulação desde a década de 1980 – i.e., a predominância da financeirização no processo de acumulação. Nessa relação, a produção de riqueza real (bens e serviços) subordinara-se à lógica da valorização financeira, com a maximização do “valor acionário” como seu principal objetivo. A implicação principal seria a desvinculação do capital financeiro das necessidades de produção e geração de riqueza. Traço distintivo desse modelo é o enorme crescimento do estoque de ativos financeiros – a uma velocidade superior ao crescimento da renda e da riqueza real. Resultara daí a demanda incontrolável por valorização financeira – que ocasiona crises recorrentes. No caso brasileiro, sua inserção na economia mundial, nas últimas décadas, fortalecera os setores rentistas nacionais, a partir da elevação dos juros reais – o que implicara a diminuição da taxa de acumulação de capital fixo produtivo. O arranjo macroeconômico brasileiro, com investimento alavancado por crédito, não parecia sustentável a longo prazo. O resultado consistiria na vulnerabilidade da economia e na propensão a crises. Cf. Paulani, 2009; 34.

<sup>113</sup> Explicita-se o social-desenvolvimentismo enquanto modelo de sociedade que ensaiou se consolidar após o período Fernando Henrique Cardoso, durante a década de 2000, especialmente nos governos Lula. Em contraste com o nacional-desenvolvimentismo que o precedeu, o social-desenvolvimentismo, priorizando a democracia, surge como projeto distinto, cuja ênfase encontra-se na questão distributiva e no

notabilizou-se pela tentativa de fortalecimento do mercado interno, em especial pela inserção das classes sociais mais empobrecidas no consumo.

Dinâmica que sem dúvida permitirá alavancar a integração dos mais pobres à economia. Mas é preciso nuançar seu pretense êxito. Não resta “[...] estabelecido que houve de fato diminuição da desigualdade [...] ao longo dos governos petistas” (NOBRE, 2022: 137). Nem mesmo parece desarrazoado dizer que possivelmente não se viram políticas reais de combate à desigualdade. Hipótese mais plausível reside em afirmar que o país conheceu “[...] políticas de capitalização da classe mais pobre” (SAFATLE, 2015: 73).

Nesse arranjo socioeconômico, o processo de acumulação pende a combalir os instrumentos de combate à desigualdade. O ato contínuo se efetiva com o crescimento dos rendimentos das classes mais abastadas, cujos ganhos permaneceram preservados. Não obstante a mencionada ascensão social de contingente relevante da população brasileira, acentuaram-se os níveis de desigualdade. Conquanto a riqueza gerada circule entre grupos endinheirados bastante restritos, o governo se mostrara inábil em implementar uma política fiscal progressiva e incapaz de construir mecanismos de correção da disparidade social. O resultado fora a deterioração acelerada do poder de compra das classes mais baixas – que se viram pressionadas pelo custo de vida normatizado pela parcela mais abastada.

A despeito da geração de empregos e da política de relativa valorização do salário-mínimo, indica-se que a maior parte dos postos de trabalho criados pagava pouco mais que um salário. Situação que poderia ter sido atenuada a contar da ampliação e do aumento da qualidade de serviços sociais públicos e gratuitos. Mas as classes que ascenderam socialmente se encontravam numa realidade penosa: para garantir essa ascensão conquistada, havia a necessidade de arcar com os custos de educação e saúde privados – já que os serviços públicos correspondentes se mantinham precários –, além de terem de se locomover pelas metrópoles com transportes públicos de péssima qualidade.

---

enfrentamento das desigualdades de renda. A ideia inicial era que sua formulação não tomasse os elevados padrões de desigualdade como inevitáveis. Em que pesem as intenções, a plena expansão do social-desenvolvimentismo, ao que tudo indica, foi obstruída pela cultura política contra a qual ele próprio fora moldado. Cf. Nobre, 2013; 24.

Com gastos que possivelmente comprometiam quase a metade da renda familiar, boa parte das famílias se achavam frustradas. Não sem razão “[...] uma das bandeiras fundamentais das manifestações de junho foi exatamente a inexistência de bons serviços públicos de educação, saúde e transporte” (SAFATLE, 2015: 73).<sup>114</sup>

Fato é que o período ficara marcado por um círculo vicioso: com quase metade dos rendimentos direcionados a gastos com educação, saúde e transporte, a nova classe média se vira obrigada a restringir seu consumo e, em muitos casos, recorrer ao endividamento para suprir suas necessidades.

O problema se agravava à medida que os gastos com saúde e educação privadas não se reverteram em desenvolvimento econômico. Terminaram por alimentar a concentração de renda em partes específicas do empresariado, grupos que não raro praticavam uma folha de pagamento de reduzida remuneração, além de possuírem baixo índice de investimento – e que preferiam aplicar seus dividendos no mercado financeiro, aproveitando-se das altas taxas de juros.<sup>115</sup>

Mas, em meio a essa realidade macroeconômica que se mostrava espoliadora, deve-se levar em conta que contingente significativo dos trabalhadores já indicava as fraturas e as contradições do modelo econômico. Descontentamento popular outrora latente não apenas com a institucionalidade política, mas, sobretudo, com o sistema econômico predatório.<sup>116</sup>

---

<sup>114</sup> Vladimir Safatle parece concordar de certa forma com Rodrigo Nunes, e Mario Fuks e Clarice Mendonça (Cf. 2015), já que se valem de conceito já presente nos escritos de Alexis de Tocqueville. Para os autores, é preciso rever o lugar-comum de que as pessoas saem às ruas para protestar somente quando suas condições de subsistência alcançam um patamar intolerável. Se é possível afirmar que houve melhora nos indicadores sociais do período, mais produtivo é pensar em termos de “privação/frustração relativa” (Cf. TOCQUEVILLE, 2009: 194) – quer dizer: indivíduos se mobilizam, não porque fazem um cômputo das circunstâncias anteriores e constataam que se acham em desvantagem, mas, na realidade, observam o estado de coisas e comparam com a situação em que gostariam de se encontrar. Por isso, faz sentido dizer que “[...] as pessoas reagem a *mudanças de estado*” (NUNES, 2022: 176). No entremeio, classes sociais que entraram em processo de ascensão social enxergam suas expectativas frustradas – conjunto de promessas instigadas não redundam em algo real e efetivo. Frustração, portanto, ao que se esperava alcançar.

<sup>115</sup> Ainda de acordo com Leda Paulani (2009) acerca do período iniciado em 2003, o crédito, sobretudo o crédito consignado, fora decisivo para estabilizar os níveis de consumo – o que realça a importância da acumulação financeira na economia brasileira. Por outro lado, embora o consumo mantivera ativa a economia, faltara alguma vitalidade para impulsioná-la. Nesse sentido, o consumo baseado em crédito mostrava-se insustentável a longo prazo, refletindo um desequilíbrio macroeconômico típico da financeirização. Em outros termos, o problema principal reside no fato de o consumo não possuir o dinamismo necessário para alavancar a economia, à diferença do investimento. Cf. Paulani, 2009; 35.

<sup>116</sup> Não sem razão o ano de 2013 registra a maior quantidade de greves de trabalhadores até então, numa série histórica a contar de 1978, segundo os dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos

E, de certo modo, a contestação de parte daqueles que saíram às ruas em 2013 sinaliza também o esgotamento da conciliação política, assim como a falência das expectativas<sup>117</sup> geradas. Tais manifestações expressaram ainda a recusa em continuar a arcar com o preço da espoliação – que, como explicitado, resultara na pauperização de amplos setores da classe trabalhadora. Mais do que uma insurgência a um problema específico e imprescindível, como o aumento das tarifas de transporte, os protestos de 2013 representam uma revolta contrária a um engendramento político-econômico predatório.

Tratou-se de uma rejeição absoluta das condições econômicas estabelecidas como normais durante os anos 2000. Compreensão de que parte das políticas econômicas adotadas propiciaram um desarranjo profundo de concentração de riqueza, empobrecimento e precarização. Insurgências, portanto, corresponderam a um ceticismo inerente em relação às instituições e aos atores políticos, conforme estruturados dentro do enquadramento de democracia liberal praticado no país.

Notadamente um ponto de inflexão, com esteio em diversos setores da população, posto que, mesmo em meio a um ciclo de frustrações gerado pelo projeto macroeconômico em curso, vivia-se certa paralisia da inteligência, acomodada à lógica do mal menor. Antes, por medo ou autocensura, bloqueavam-se as possibilidades de formular alternativas ao modelo adotado no período – direta ou indiretamente, rendia-se ao *status quo*. Na posição defensiva de afirmar como um mantra a ausência de correlação de forças para operar mudanças estruturais, das críticas à esquerda institucional, pela via da própria esquerda, serviam apenas as “[...] propositivas e com indicação da respectiva fonte de financiamento” (ARANTES, 2007: 244). Por vezes, devido ao bloqueio, a potencialidade da crítica se transfigurara na “[...] garantia contra a tentação de mudar a sociedade” (ARANTES, 2007: 245).

---

Socioeconômicos (Dieese). Cf. Dieese, n. 79, 2015. Vladimir Safatle (2023, p. 103) interpreta esse ciclo de greves como fenômeno sintomático: trabalhadores que, por não se reconhecerem na representação política e sindical, procuraram externar sua insatisfação e sua precariedade. Por isso, segundo o autor, fica constatado que narrativas que comumente vinculam 2013 a uma sedição de classe média não se sustentam.

<sup>117</sup> Relatório do Dieese sugere que, mesmo em meio a indicadores econômicos favoráveis, o horizonte de expectativas contribuiu para a acentuada deflagração de greves no período de 2012 a 2015. A ideia subjacente às mobilizações grevistas é a de que o cenário econômico favorável, se não correspondeu às expectativas geradas, deveria, ao menos, permanecer. Cf. Dieese, n. 84, 2017.

Junho, portanto, significou também insurgir-se contrariamente a um tipo de mentalidade unívoca, cuja adoção – economicismo e realismo inescapáveis da correlação de forças – implicara o silenciamento de oposições – sobretudo as intelectuais à esquerda.<sup>118</sup>

Adicionalmente à paralisia diante dos equívocos da política econômica, cumpre que nem mesmo a fraseologia daqueles anos, simbolizada na ideia de “sociedade civil”, logrou afastar-se da lógica espoliadora. A convergência discursiva entre governo, ONGs e mercado, repleta do uso de uma linguagem esvaziada de significados – “cidadania”, “participação”, “parcerias”, “planejamento estratégico”, “público-alvo” etc. –, acabaram por mascarar a realidade socioeconômica. Discursividade que tratou de obscurecer os conflitos reais de poder e riqueza, servindo antes como justificação da adoção de políticas neoliberais. Neste caso, o “[...] jargão untuoso e adocicado” (Arantes, 2004<sup>a</sup>; 166) do Terceiro Setor correspondia ainda à perda de contraposição ideológica por parte da crítica – e redundara num tipo de mimetismo discursivo que obstaculizara a formação de objeções contra-hegemônicas.<sup>119</sup>

A ascensão do Terceiro Setor e a noção de participação não impediram sua absorção pela razão mercadológica. Ora, notara-se a “publicização” de serviços públicos, processo em que as entidades públicas de direito privado, como as organizações sociais

---

<sup>118</sup> Acompanha-se a formulação de Paulo Arantes (2004b). O autor identifica o “pensamento único” à ideologia neoliberal dominante, que surpreendentemente guarda semelhanças com exteriorizações de certa vulgata marxista. A realidade ôntica, neste caso, parece arremedar formas caricaturais do marxismo. A ideia de haver uma única alternativa – desregulamentação, fiscalismo, austeridade etc. – enfatiza o economicismo em última instância, celebrando-o enquanto imperativo natural. A crítica esquerdista torna-se, então, redundante, pois o referido “pensamento único” apropria-se de sua linguagem e a utiliza como justificação da exploração e da desigualdade. Se outrora a verve marxista residia na denúncia da disparidade entre os ideais burgueses e a realidade da exploração capitalista, o “pensamento único” opera uma inversão ideológica: a procura por justiça social figura como ilusória, de modo que a única realidade consiste na lei aterradora do mercado. Segundo Arantes, certa intelectualidade de esquerda encontra-se distraída, já que, em vez de combater a inversão, termina por reforçá-la – tão acostumada a espriar o economicismo simplista. Cf. Arantes, 2004b.

<sup>119</sup> Em seu conhecido texto “Esquerdismo, doença infantil do comunismo”, Lênin confronta o posicionamento intransigente de certos militantes. Estes, em nome de uma suposta pureza ideológica, negavam-se a atuar em sindicatos e parlamentos, recusando explorar cada fenda da ordem burguesa para mobilizar as massas na jornada revolucionária. Seria o caso de observar se, nos idos dos anos 2000, a atuação da esquerda brasileira, com a adesão integral aos processos de participativos de gestão pública e a assunção acrítica de sua mencionada fraseologia, parecia constituir o reverso da antiga lição leninista. Em vez de procurar nas fraturas oferecidas do engendramento capitalista pelos canais de participação as oportunidades reais de mobilização, adotou-se a retórica do Terceiro Setor, sem questionar a razão de ser da ortodoxia econômica. Cf. Lenin, 1977.

(OS), assumiram a gestão dos serviços outrora prestados pelo Estado. Não raro esse entrecruzamento entre poder público e dinheiro acarretaram o desmanche do alcance estatal, bem como a precarização dos serviços públicos.

Como se trata obviamente de um processo de “publicização” destinado a ampliar ainda mais o “espaço de participação cidadã” com a introdução de novos “atores emergentes” – de cujas “habilidades gerenciais” e “visão estratégica” redundará por certo um bem-vindo *empowerment* (“empoderamento” em português) da “cidadania” numa sociedade de “baixa participação” como a nossa –, não se poderá dizer que se está “privatizando” o que quer que seja (ARANTES, 2004a: 171).

A racionalidade neoliberal que vigorara então desloca a lógica do mercado para muito além da esfera mercantil. Mecanismos de gestão, nesse sentido, reduzem a política à tecnocracia contábil e orçamentária.

Desdobramentos usuais desses mecanismos – já desde uma nova administração gerencial –, as ditas políticas públicas podem ser vistas como dispositivos para realinhar gestos e pensamentos, comumente atuando como fator de desmobilização dos movimentos sociais. Desviara-se a energia popular para canais institucionais. Embora a tônica do momento fosse o “consenso da participação”, o poder decisório efetivo sucedera ao largo dos espaços e conferências de políticas públicas. Por outra, “[...] o real poder de decisão estava passando cada vez mais longe desses tais espaços participativos, se é que algum dia passou de fato” (ARANTES, 2014: 428)

Se originalmente pensados com autonomia em relação ao Estado, os canais de participação tornaram-se parte integrante do discurso institucional, uma categoria de operação do estatal, destituindo-se de seu potencial utópico e transformador. Problema incessante a começar das limitações da transição democrática brasileira, as quais – com suas “[...] anomalias de nossa longa normalização depois de um regime (tradicional) de exceção – fizeram com que a participação, absorvida pelas estruturas estatais” (ARANTES, 2014: 429), assumisse a feição do establishment mais conservador – pelo menos no sentido de tolher tentativas mais abruptas de justiça social.

Nesse sentido, os espaços proporcionados pelos mecanismos de gestão transformaram-se em formas contemporâneas de controle de populações. Esvaziamento como controle que intencionava apenas a sua própria reprodução: um fim em si mesmo –

sem abordar desigualdade e conflitos de classe. Tomava-se para si a linguagem das instituições tradicionais.

Em suma, insistiu-se, naqueles anos, na participação como expressão e meio de resolver os problemas sociais. No entanto, também é possível indicar que seus espaços de deliberação funcionaram como artifício de governar indivíduos, levando-os a uma rotina e à esterilização de suas capacidades emancipadoras.

Permite-se a leitura de que a esquerda brasileira, especialmente a que comandara Presidência da República, não apresentara uma real alternativa à institucionalidade política. A isso resta-se o inconveniente de que seus programas de governança, ainda que incentivassem a participação, terminaram por “[...] desmobilizar mobilizando” (Arantes, 2014; 430), isto é, retiraram da população quaisquer possibilidades de decisão, mas a controlando. Ao fim e ao cabo, a esquerda “[...] parasitou formas alheias de comando e gestão, quando não gerou formações monstruosas ao fundir num só bloco, porém com funções intercambiáveis, administração dos homens e governo das coisas” (ARANTES, 2014: 452).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contrariamente ao prisma que as usuais versões difundidas sobre Junho de 2013 pretenderam albergar, o esforço deste excerto consiste em destacar as potencialidades do acontecimento – “[...] todo clivado por diferenças” (Alonso, 2023, p. 264). Aliado aos notáveis descontentamentos com o establishment político, o ciclo de protestos apontava para a necessidade de novas formas de organização e sociabilidade políticas. O sistema político brasileiro preferiu, contudo, encapsular-se, rejeitando o prenúncio de alguma coisa que se mostrara positivamente disruptiva.

A classe política teve, portanto, alternativas. Decisões foram tomadas nos altos escalões da governabilidade. Em vez de reconhecer e equacionar a multiplicidade de demandas que se fizeram ouvir nos protestos, o governo entrincheirou-se junto a atores políticos institucionalizados dos campos da direita e da centro-direita. Em que pese a opção por encastelar-se, neste caso, as possibilidades estavam em aberto, daí se afirmar que “[...] junho não foi uma causa primeira, da qual decorreria inevitavelmente tudo o que veio depois” (ALONSO, 2023: 273).

De mais a mais, como se discutiu, quem saíra às ruas não estava fadado a identificar-se com as formas contemporâneas da extrema direita. Modos de intervenção e formação da identidade não estão dadas de antemão. A agência humana e os variados aspectos da psicologia individual explicitam-se recursivamente, a contar do contexto e da intersubjetividade. Se as perspectivas de exteriorização da insatisfação foram efetivamente sustadas, priorizando-se a condução institucional comumente avessa à participação real e direta, não é desarroado inferir que “[...] a maior oportunidade pedagógica que a política brasileira conheceu em muito tempo acabou sendo aproveitada predominantemente pela direita, que ademais podia contar com a simpatia da mídia e de interlocutores institucionais para impulsionar sua mensagem” (NUNES, 2022:195).

E, ainda que tenham permanecido na memória da maior parte da esquerda uma visão pejorativa acerca do período, o desafio proposto ao longo deste texto residiu em reimaginar as insurreições de 2013: não as rejeitar integralmente, além de escorar-se em literatura alternativa – a qual realça o curso dos acontecimentos como mostras do colapso dos antigos pactos de conciliação. Apesar de a arena política brasileira comportar sucessivas derrotas do campo progressista na última década, os eventos de Junho de 2013 podem ser lidos enquanto instante libertador de insubmissão popular.

Dito de outra maneira, a despeito da sequência de reveses da esquerda brasileira e da falta de ressonância eficaz relativamente aos protestos de 2013, talvez caiba uma estilização, estabelecendo que, [...] *essa não é a verdade toda*: existiu, em cada um daqueles eventos, um momento redentor que se perde na rejeição democrático-liberal – e é fundamental isolar esse momento (Žižek, 2008: 8). E esse momento é crucial justamente porque tornou visível que o período pós-redemocratização brasileiro – o qual coincidia com os anos de consenso neoliberal –, com seu antigo sistema de pactos, entrara em crise.

Junho pode significar, então, uma reabilitação da política – posto que sua potencialidade afligiu a institucionalidade, assim como esbarrou a lógica do capitalismo contemporâneo brasileiro. Por alguns dias, derrubaram-se os “[...] consensos da ‘política’, tal como a conhecíamos e consensualmente reforçávamos a sua existência numa esfera separada de poder (Estado, instituições, eleições)” (ARANTES, 2014: 428).

Em 2013, viram-se variadas formas de descontentamento e mal-estar, reações contrárias ao engendramento neoliberal. Junto à mencionada financeirização da

economia, também o caso brasileiro se dirige “[...] ao enclausuramento do espaço público, à diminuição de serviços públicos (saúde, educação, cultura) e ao aumento do funcionamento autoritário do poder político” (ŽIŽEK, 2013, “Problemas no Paraíso”). Protestara-se contra os limites do modelo perpetrado há muito – simbolizado na ineficiência do Estado. O sistema e a sua respectiva legitimidade passam a ser questionados.

Exigir, neste caso, maior consistência e políticas redistributivas desse sistema figura como oportunidade para perturbar o âmago da ideologia hegemônica. Torna aberta a via para uma mudança radical. No entanto, como resposta, a institucionalidade permanece alheia às demandas das ruas. Nesse sentido, para além de novas formas de participação, seria preciso levar em conta que “[...] a vida social e a economia também devem ser democratizadas” (ŽIŽEK, 2013, “Problemas no Paraíso”).

Experiências históricas decisivas são importantes não somente pelos problemas que revelam – mas também por permitirem refletir sobre o presente e o porvir. Nesse contexto, torna-se crucial promover uma reconciliação entre a esquerda institucional e os movimentos de rua, além de uma análise aprofundada dos eventos de Junho de 2013. Uma transformação radical envolveria a transição de um processo insurrecional popular para uma nova forma de institucionalidade. Talvez o primeiro passo para essa mudança seja justamente compreender e integrar as lições de junho de 2013, garantindo que a própria esquerda institucional esteja aberta e receptiva às manifestações populares.

## REFERÊNCIAS

- ALONSO, A. *Treze – A política de rua de Lula a Dilma*. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.
- ARANTES, P. Esquerda e direita no espelho das ONGs. In: *Zero à esquerda*. São Paulo: Conrad, 2004a.
- \_\_\_\_\_. O pensamento único e o marxista distraído. In: *Zero à esquerda*. São Paulo: Conrad, 2004b.
- \_\_\_\_\_. Fim de um ciclo mental. In: *Extinção*.
- \_\_\_\_\_. Depois de junho a paz será total. In: *O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência*. São Paulo: Boitempo, 2014.

- BARROS, Celso Rocha de. *PT: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.
- CARVALHO, Laura. *Valsa brasileira: do boom ao caos econômico*. São Paulo: Todavia, 2018.
- CHAUI, M. As manifestações de junho de 2013 na cidade de São Paulo. In: *Teoria e Debate*, edição 113, 27 jun. 2013. Disponível em: <https://teoriaedebate.org.br/2013/06/27/%EF%BB%BFas-manifestacoes-de-junho-de-2013-na-cidade-de-sao-paulo/>. Acesso em: 1 mar 2025.
- CORDEIRO, L.; MARTINS, C. Revolta popular: o limite da tática, 27 de maio de 2014. In: *Passa Palavra*. Disponível em: <https://passapalavra.info/2014/05/95701>.
- Dieese, “Balanço das greves em 2013”. *Estudos e Pesquisas*, n. 79, 2015.
- Dieese, “Balanço das greves em 2016”. *Estudos e Pesquisas*, n. 84, 2017.
- GENOINO, J. Apresentação. In: MENDES, M. *Guerra híbrida e neogolpismo: geopolítica e luta de classes no Brasil entre 2013 e 2018*. São Paulo: Expressão Popular, 2022.
- KORYBKO, A. *Guerras híbridas: das revoluções coloridas aos golpes*. Trad. Thyago Antunes. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- LENIN, V. “‘Left-Wing’ Communism – An Infantile Disorder”. In: *Collected Works: Volume 31 April - December 1920*. Trad. Julius Katzer. London: Lawrence and Wishart, 1977.
- MARX, K. *O 18 de brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MEDEIROS, J. Guerras Híbridas, um panfleto pró-Putin e demofóbico. 2020. In: <https://passapalavra.info/2020/01/129676/>.
- MENDES, M. A revolução colorida brasileira. In: *Junho de 2013: a rebelião fantasma*. Org. ALTMAN, B.; CARLOTTO, M. São Paulo: Boitempo, 2023.
- MENDONÇA, C.; FUKS, M. Privação relativa e ativismo em protestos no Brasil: uma investigação sobre o horizonte do possível. In: *Opinião Pública*, v. 21, n. 3, p. 626–642, dez. 2015.
- NOBRE, M. *Imobilismo em movimento: da abertura democrática ao governo Dilma*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- \_\_\_\_\_. 1988 + 30. In: *Novos estudos CEBRAP*, v. 35, n. 2, p. 135–149, jul. 2016.

- \_\_\_\_\_. *Limites da democracia: de junho de 2013 ao governo Bolsonaro*. São Paulo: Todavia, 2022.
- NUNES, R. *Do transe à vertigem: ensaios sobre o bolsonarismo e um mundo em transição*. São Paulo: Ubu Editora, 2022.
- PAULANI, L. A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil. In: *Estudos Avançados*, vol. 23, n. 66, São Paulo, p. 25-39, 2009.
- ROCHA, C. As direitas não precisaram de Junho de 2013. In: *Junho de 2013: a rebelião fantasma*. Org. ALTMAN, B.; CARLOTTO, M. São Paulo: Boitempo, 2023.
- SAFATLE, V. O mito do desenvolvimento econômico na era Lula. In: Pedro de Souza. (Org.). In: *Brasil, Sociedade em Movimento*. 1ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015, v. 1, p. 71-76.
- \_\_\_\_\_. O dia no qual o Brasil parou por dez anos. In: *Junho de 2013: a rebelião fantasma*. Org. ALTMAN, B.; CARLOTTO, M. São Paulo: Boitempo, 2023.
- SHARP, G. *Da ditadura à democracia: uma estrutura conceitual para a libertação*. São Paulo: The Albert Einstein Institution, 2010.
- SINGER, A. *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- \_\_\_\_\_. Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas. In: *Novos Estudos*. São Paulo: Cebrap, nº 97, novembro de 2013.
- \_\_\_\_\_. Cutucando onças com varas curtas. In: *Novos Estudos CEBRAP*, n. 102, p. 43-71, 2015.
- \_\_\_\_\_. *O lulismo em crise – um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- TOCQUEVILLE, A. *O Antigo Regime e a Revolução*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
- VIANA, S. Será que formulamos mal a pergunta?. In: MARICATO, E. et al. *Cidades rebeldes* [recurso eletrônico]: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.
- ŽIŽEK, S. *In defense of lost causes*. New York: Verso, 2008.



- \_\_\_\_\_ . Problemas no Paraíso. In: MARICATO, E. et al. *Cidades rebeldes* [recurso eletrônico]: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2013.